



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA**

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/03/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 08

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 26/03/2018

ATA Nº 08

----- Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 12 de março de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Tolerância de Ponto - Despacho do Senhor Presidente

----- Considerando que: -----

----- 1. Embora a Quinta-Feira Santa não conste da lista dos feriados obrigatórios, estipulados por lei, existe em Portugal, e também no concelho de Pampilhosa da Serra, uma tradição religiosa consolidada; -----

----- 2. A Semana Santa é um período de forte intensidade religiosa, vivido em contexto de proximidade com a comunidade e afinidade familiar; -----

----- 3. Tem sido habitual a concessão de tolerância de ponto nos serviços públicos na época da Páscoa; -----

----- Assim, determino, ao abrigo do disposto na al. a), do nº 2 do artigo 35º, da Lei 75/2013, de 14 de setembro, a concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores do Município, no dia 29 de março de 2018, Quinta-Feira Santa, com o inerente encerramento dos Serviços Municipais, devendo os serviços que não



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

encerram em dias de feriado, manter o pessoal indispensável ao seu funcionamento, podendo os trabalhadores que asseguram esses serviços ficar dispensados de se apresentarem ao serviço, por período idêntico, num outro dia, em termos a definir pelos respetivos dirigentes. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - DGEst - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro - Proposta de Protocolo - Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra

----- Na sequência de contactos estabelecidos entre a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, foi presente uma minuta de Protocolo de Colaboração, para a cedência da exploração da Residência de Estudantes de Pampilhosa da Serra, no sentido de imprimir àquele espaço maior dinâmica, bem como rentabilizar melhor os recursos existentes, atenta a função para a qual foi construída, e que a seguir se transcreve: -----

----- " Protocolo (Minuta) -----

----- Aos dias ---- do mês de ----, em----, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, representada pela Senhora Diretora Geral, Maria Manuela Pastor Faria, e o Município de Pampilhosa da Serra, representado pelo Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias, aceitam e estabelecem o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguinte: -----

----- Cláusula Primeira -----

----- A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares concede ao Município da Pampilhosa da Serra, doravante designados por Primeiro e Segundo Outorgantes, respetivamente, a exploração da sua Residência de Estudantes da Pampilhosa da Serra, sita no Bairro de S. Martinho, daquela vila. -----

----- Cláusula Segunda -----

----- O Primeiro Outorgante compromete-se: -----

----- a) Ceder a exploração do imóvel para o fim estabelecido, mantendo-se esta propriedade do Estado; -----

----- b) Colaborar tecnicamente na efetivação do programa Residências para Estudantes, em conformidade com o Despacho em vigor, sendo no presente ano letivo o 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho 5296/2017, de 16 de junho; -----

----- c) Colaborar com a Câmara na prossecução dos objetivos atinentes ao sucesso educativo dos alunos alojados. -----

----- Cláusula Terceira -----

----- O Segundo Outorgante compromete-se a: -----

----- a) Dar continuidade à utilização do edifício no contexto do Programa Residência para Estudantes e respetivos normativos, alojando na Residência



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

prioritariamente os alunos dos ensino básico e secundário, abrangidos pela escolaridade obrigatória, que frequentam escolas públicas e privadas, que necessitem de se deslocar do seu agregado familiar para prosseguirem os seus estudos, nas condições estipuladas no Despacho anual, que regula as medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação; -----

----- b) A receber e a gerir as receitas resultantes das mensalidades dos residentes e dos serviços prestados a terceiros, devendo as mesmas ser aplicadas no âmbito da educação; -----

----- c) Dotar a Residência de trabalhadores, em número suficiente, para garantir o normal funcionamento da mesma; -----

----- d) Assegurar, além dos encargos com os trabalhadores necessários, os custos inerentes ao normal funcionamento da Residência e os decorrentes da manutenção e preservação do edifício que excedam as respetivas receitas; -----

----- e) Fornecer regularmente à DGEstE-DSRC toda a informação relativa à utilização da Residência nomeadamente, no âmbito da ação social escolar. -----

----- **Cláusula Quarta** -----

----- O Segundo Outorgante deverá propor ao Primeiro Outorgante a alteração do Regulamento Interno da Residência, e a respetiva homologação, sempre que se justifique. -----

----- **Cláusula Quinta** -----

----- O Segundo Outorgante fica responsável pela nomeação de um(a) Diretor(a), e respetivos encargos que deverá, preferencialmente, exercer funções docentes, caso em que deverá regularizar a necessária autorização de acumulação, junto dos Serviços com competência para o efeito. -----

----- **Cláusula Sexta** -----

----- O Segundo Outorgante poderá prestar serviços a terceiros (alojamento, refeições e aluguer de espaços), sem pôr em causa os direitos e a privacidade dos residentes, bem como o normal funcionamento da Residência. -----

----- **Cláusula Sétima** -----

----- Poderá existir denúncia da cedência de exploração por: -----

----- a) Acordo das partes; -----

----- b) Incumprimento do estipulado nas cláusulas anteriores por qualquer uma das entidades." -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

2.1.3 – CIM – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Relatório Preliminar de Caracterização da Situação Atual.

----- Foi presente o Relatório Preliminar de Caracterização da Situação Atual, remetido pela CIM – Região de Coimbra, cujo conteúdo refere-se ao Estudo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Estratégico referente à agregação dos Serviços de 14 municípios (Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Condeixa-a-Nova, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares), no âmbito do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo sobre o processo que está a decorrer no âmbito da mudança no modelo de gestão, prevendo-se que a sua concretização seja possível através da agregação dos serviços de vários municípios vizinhos, numa única entidade profissional geradora de escala e exclusivamente dedicada aos serviços de água, saneamento e resíduos urbanos. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar, ficando a aguardar os estudos em curso, que lhe permitam integrar a constituição de uma entidade gestora, no âmbito do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de março de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.978.511,49 € (um milhão novecentos e setenta e oito mil quinhentos e onze euros e quarenta e nove centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 161.737,66 € (cento e sessenta e um mil setecentos e trinta e sete euros e sessenta e seis centavos), num total de 2.150.305,73 € (dois milhões cento e cinquenta mil trezentos e cinco euros e setenta e três centavos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 – TAXAS E LICENÇAS

4.1.1. – Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense – Pedido de isenção do pagamento de taxas para a emissão de Licença de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Espetáculos e Divertimentos Públicos – 8º Encontro de Bandas / Aniversário.

----- Foi presente um requerimento do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, a solicitar a isenção do pagamento de taxas referentes a Licença de Espetáculos e Divertimentos Públicos, para o 8º Encontro de Bandas /Aniversário, a realizar no dia 14-04-2018, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Foi presente uma Informação dos Serviços de Taxas e Licenças sobre o pedido formulado, tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, e na qual discrimina os valores das taxas a isentar: -----

----- Apreciação do Pedido – 36,03 €; -----

----- Emissão de Licença – 11,28 €; -----

----- Total – 47,31 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 – Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração C, do I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, freguesia de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência do requerimento com o Registo de entrada nº 3741, de 09/03/2018, subscrito pelo Sr. Acácio Fernando Lopes da Silva, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas **"RGA – OFICINA DE MANUTENÇÃO GERAL DE AUTOMÓVEIS, LDA"**, arrendatária, da Fração C, do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 02 de outubro de 2007, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----

----- "Cláusula Terceira-----

----- Duração do Arrendamento -----

----- O arrendamento tem início na data da assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos." -----

----- Informam os serviços jurídicos que a arrendatária em questão, tem o seguro atualizado, bem como o pagamento das rendas e cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 02 de outubro de 2018.--



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a renovação do arrendamento da referida fração C, do I Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, freguesia de Pampilhosa da Serra, por mais um ano, a contar de 02 de outubro de 2018. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.2 – Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra – Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra – 1ª Renovação de Filomena Raquel Salvado Caniço Monteiro.

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- "Deu entrada nos Serviços desta Autarquia, em 16 de fevereiro de 2018, sob o registo nº 2624, um requerimento / Candidatura, subscrito por João Eduardo Gama dos Santos, na qualidade de Presidente da Direção da Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra, associação com sede na Rua Dr. António Afonso, 3320-216 Pampilhosa da Serra, NIPC 505 026 562, no âmbito do Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, cujo Regulamento foi publicado na 2ª Série do Diário da República, nº 193, datado de 2 de outubro de 2015. -----

----- Este novo requerimento / candidatura é apresentado pela coletividade em conformidade com o disposto no nº 2, do artigo 4º, do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que refere que "a manutenção do posto de trabalho, para além dos 12 meses previstos no nº 1 e a consequente renovação do respetivo contrato de trabalho, até ao período máximo de três anos, faculta à associação beneficiária o direito de solicitar a atribuição de novo subsídio não reembolsável, mediante a apresentação de novo requerimento / candidatura, de igual valor (€ 5.000,00) aquando da renovação do respetivo contrato de trabalho em causa, por igual período de tempo, até ao limite máximo de duas renovações." -----

----- Constata-se ainda que a Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra apresenta Candidatura / Requerimento conforme o disposto no artigo 8º, do Regulamento, anexando ao mesmo os documentos exigidos, de acordo com a Grelha de Verificação, que se anexa a esta informação. -----

----- Para usufruir deste incentivo, a Associação de Produtores Florestais de Pampilhosa da Serra refere que o posto de trabalho que criou, conforme consta do requerimento e cópia do contrato de trabalho anexo, visa desenvolver atividades de Técnica de Engenharia Florestal, no local de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais informa que, de acordo com o disposto no artigo 8º, ponto, 5.2.1 – Elaboração de informação no sentido de estarem cumpridos os pressupostos definidos no presente Regulamento, para atribuição do Incentivo e consulta aos Serviços Financeiros da autarquia a fim de aferir a existência de fundos disponíveis e o demais, visando o cumprimento da legislação que sobre a matéria estiver em vigor" do referido Regulamento, informa-se que este apoio financeiro tem compromisso na rubrica 0102 040701 430



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

2018/5035 Acc.1, com o número sequencial de compromisso 25456, conforme informação dos Serviços Financeiros, datada de 23/03/2018.-----

----- Informo ainda que, pelo Órgão Executivo Autárquico sejam concedidos poderes ao Senhor Presidente para a assinatura do Protocolo.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para a assinatura do Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2.3 – Proposta de Venda de Lote de Terreno na Zona Industrial do Alto das Aldeias, remetida por Acácio Costa Gaspar, Lda.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Atento o teor do ofício com registo de entrada nos serviços desta Autarquia nº 3548, de 06/03/2018, em cumprimento do Despacho do Senhor Presidente, cumpre informar: -----

----- Na sequência da realização da escritura de Compra e Venda, realizada no Cartório Privativo deste Município em 18 de novembro de 2002, foram alienados à sociedade comercial por quotas "Acácio Costa Gaspar, Lda", dois lotes de terreno (Lote 1 e 12), sitos na Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra; após cumprimento dos formalismos legais tendentes à adjudicação dos mesmos, tendo em conta o disposto no Regulamento para Adjudicação dos Lotes Industriais da Zona Industrial do Alto das Aldeias. -----

----- Do referido Regulamento bem como do documento complementar à referida escritura, lavrada de fls. 198 a fls. 203 do livro para escrituras diversas número 7 (que se anexa à presente), ficou estabelecido que: a não efetivação da construção das instalações no prazo máximo de dois anos, bem como a não instalação de acordo com o licenciamento aprovado, assim como a não criação efetiva de oito postos de trabalho a afetar ao desenvolvimento da atividade de fabrico de mobiliário e operações conexas nas instalações a construir nos lotes, objeto de alienação, no prazo máximo de cinco anos, por causa imputável à sociedade Acácio Costa Gaspar, Lda, constitui causa de reversão da titularidade dos lotes a favor da Câmara Municipal, com todas as benfeitorias nele introduzidas, sem direito a qualquer indemnização e restituição de preço.-----

----- Ficou ainda estabelecido que, "salvo autorização expressa da Câmara Municipal os lotes, objeto da escritura de compra e venda, e as instalações neles construídas não poderão ser alienados ou cedidos a terceiros, no prazo de sete anos a contar da data da outorga da escritura." (com término em 18/11/2009). -----

----- Da candidatura à adjudicação dos lotes da Zona Industrial do Alto das Aldeias, subscrita pelo Sr. Acácio Costa Gaspar em 29/05/2002, com entrada nos serviços em 31/05/2002 (candidatura nº 007), o mesmo referiu que para o normal



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

desenvolvimento da atividade, seria necessária uma área coberta de 1.000 m² e descoberta de 4.000 m² (cfr. doc. anexo); -----

----- Das pesquisas efetuadas e da análise ao ofício ora remetido pela sociedade em causa, constata-se que não foram cumpridas as condições contratuais acordadas em relação ao lote 1, ficando este reservado apenas a parque de madeiras e outras matérias primas, não sendo feita qualquer edificação. -----

----- Assim, em conformidade com o disposto na referida escritura de compra e venda constatou-se o incumprimento, por parte da Sociedade Acácio Costa Gaspar, Lda, das obrigações, então assumidas no que respeita ao lote 1. -----

----- De salientar ainda o seguinte: Aquando da realização da escritura de compra e venda, tendo em conta o disposto no Regulamento para Adjudicação dos Lotes Industriais da Zona Industrial do Alto das Aldeias, o lote 1 foi alienado pelo preço de 53,84 €, ao tempo com o valor venal de 3.833,90 €. -----

----- Assim poderá a Câmara Municipal exercer o direito de reversão em relação ao lote 1 (revertendo consequentemente o mesmo para o património do Município), sugerindo-se que a sociedade em causa seja notificada para no prazo de 10 (dez) dias úteis, se pronunciar acerca do mesmo, alegando o que entender por conveniente. -----

----- Chegando a acordo e por se considerar o meio mais diligente para acautelar os interesses do Município sugere-se que seja celebrada a escritura de Distrate Parcial /Resolução contratual, como forma de revogação parcial da primitiva escritura de compra e venda. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade a intenção de proceder à celebração de escritura de Distrate Parcial/Resolução contratual do referido lote 1, pelo valor de 53,84 €. -----

----- Mais deliberou dar cumprimento através de audiência prévia ao interessado para se pronunciar sobre o assunto. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

6.1 – OBRAS PÚBLICAS

6.1.1 – Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra – Incêndios 2017

- Concurso 022018

- Informação de Início de Procedimento de Concurso Público



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a Informação nº 02_Conc_2018 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " O incêndio de outubro de 2017 provocou danos no Campo de Jogos de Pampilhosa da Serra, havendo necessidade de ser efetuada a reabilitação do mesmo. A intervenção necessária foi avaliada, identificada e quantificada no projeto anexo à presente informação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que poderá ser aprovado o projeto de reabilitação, mapa de quantidades, orçamento base, com a estimativa de custos decorrente dos preços praticados em anteriores concursos e demais elementos de concurso, devendo ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada em epígrafe, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, republicado no Decreto Lei nº 111-B de 31/08 e subsequentes alterações. Atendendo à empreitada a efetuar, propõe-se o Júri mencionado na presente informação. Para prazo máximo de execução fixa-se 120 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no JOUE, para execução da empreitada, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, republicado no Decreto Lei nº 111-B de 31/08 e subsequentes alterações. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 294.106,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da Alínea b) do Artº 19 do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 120 dias; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na Alínea b) do Artº 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subsequentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

6.1.1.1 - Júri de procedimento
- Informação nº 02_Conc_2018



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- Concurso 022018

----- Foi presente a Informação nº 02_Conc_2018, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte: -----

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente – Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal – Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal – Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal – José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal – Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7 – DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 – AÇÃO SOCIAL

7.1.1 – Proposta de ativação de Teleassistência

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: --

----- " *A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária de utilidade pública que atua ao serviço do bem comum nas áreas da proteção, socorro e assistência humanitária e social. Tem como missão a criação de respostas e serviços que atenuem e previnam as diferenças problemáticas, permitindo manter os mais vulneráveis, de forma autónoma e humanizada no seu meio e comunidade.* -----

----- *Seguindo a sua missão, apresentou ao Município de Pampilhosa da Serra um Programa de Apoio Social e de Teleassistência com duração de 12 meses de forma gratuita, como objetivo de garantir o apoio, o conforto e a segurança dos munícipes.*

----- *A proposta apresentada destina-se até um total de 100 munícipes, sendo que a instalação dos equipamentos será assegurada pela Cruz Vermelha Portuguesa.* ----

----- *De referir que esta proposta abrange apenas este período de tempo, sendo que findo o mesmo, os equipamentos serão recolhidos, salvo nas situações em que haja interesse em continuar o serviço e seja negociado novo período, o que por sua vez implicará custos ao utilizador (munícipes).* -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

7.1.2 – Relatório Anual RMAAESD – 2017 – Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: --

----- " Dando cumprimento ao artigo 13º do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Pampilhosa da Serra, publicado em Diário da República IIª Série de 28 de junho de 2011, venho por este meio apresentar o Relatório Anual referente ao ano civil de 2017. -----

----- O referido relatório contém a síntese dos apoios atribuídos, bem como uma análise comparativa com os anos transatos. -----

RELATÓRIO 2017

----- De acordo com a redação expressa na Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro, sob proposta da Câmara Municipal foi aprovado o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos sociais Desfavorecidos, constituindo-se uma medida importante para a promoção de melhores condições de vida às famílias mais carenciadas do Concelho. -----

----- Desta forma foram apoiadas 37 famílias, num total de 44 processos instruídos neste Gabinete de Ação Social, tendo sido todos eles deferidos pelo Município de Pampilhosa da Serra, designadamente: -----

Nº Processo	Montante para apoio
Processo nº 01/2017/RMAAESD	250,00 €
Processo nº 02/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 03/2017/RMAAESD	150,00 €
Processo nº 04/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 04.1/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 05/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 06/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 07/2017/RMAAESD	300,00 €
Processo nº 08/2017/RMAAESD	300,00 €
Processo nº 09/2017/RMAAESD	1500,00 €
Processo nº 10/2017/RMAAESD	100,00 €
Processo nº 11/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 12/2017/RMAAESD	400,00 €
Processo nº 13/2017/RMAAESD	500,00 €



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Processo nº 15/2017/RMAAESD	1739,65 €
Processo nº 16/2017/RMAAESD	250,00 €
Processo nº 17/2017/RMAAESD	3250,00 €
Processo nº 18/2017/RMAAESD	10000,00 €
Processo nº 19/2017/RMAAESD	400,00 €
Processo nº 20/2017/RMAAESD	2900,00 €
Processo nº 21/2017/RMAAESD	250,00 €
Processo nº 22/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 23/2017/RMAAESD	4858,50 €
Processo nº 24/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 25/2017/RMAAESD	60,00 €
Processo nº 26/2017/RMAAESD	150,00 €
Processo nº 27/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 28/2017/RMAAESD	600,00 €
Processo nº 29/2017/RMAAESD	250,00 €
Processo nº 30/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 31/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 32/2017/RMAAESD	750,00 €
Processo nº 33/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 34/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 35/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 36/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 37/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 38/2017/RMAAESD	500,00 €
Processo nº 39/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 40/2017/RMAAESD	250,00 €
Processo nº 41/2017/RMAAESD	350,00 €
Processo nº 42/2017/RMAAESD	200,00 €
Processo nº 43/2017/RMAAESD	400,00 €
Processo nº 44/2017/RMAAESD	1375,00 €

----- O valor total de apoio prestado pelo Município foi de **37.833,15 €**. -----

----- De referir que 7 famílias usufruíram de um reforço de apoio económico durante o ano de 2017, tendo em conta a gravidade da situação social e económica.

----- O valor do apoio prestado pelo Município triplicou em relação ao ano de 2016, consequência do flagelo dos incêndios que afetaram o nosso concelho no último trimestre, mais precisamente em outubro do ano em análise.

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

7.1.3 – Plano Municipal para a Igualdade



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: --

----- *"O princípio da igualdade de direitos e de oportunidades é um pilar fundamental para o exercício da cidadania numa sociedade livre e democrática, particularmente na promoção da igualdade entre homens e mulheres e no exercício dos direitos de cidadania, sendo transversal aos diversos níveis de atuação na administração política e territorial. -----*

----- *As autarquias por se encontrarem mais próximas da comunidade e desenvolverem práticas de parceria e trabalho coletivo, constituem-se como Entidades privilegiadas no combate à persistência de desigualdades e discriminações, contribuindo para aumentar a coesão social. -----*

----- *Reconhecendo a importância da promoção da igualdade de género como fator fundamental para o desenvolvimento local e sendo uma das questões candentes da sociedade atual, propõe-se para aprovação o Plano Municipal para a Igualdade a fim de ser implementado neste Concelho. -----*

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- De acordo com o artigo 11º do Regimento da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, estiveram presentes os Senhores José Neves Tomé, Maria da Conceição Almeida Martins, Fernando da Costa Dias, Américo Domingues de Almeida, Ângelo Augusto Pacheco, Jaime Almeida Nunes, Maria Natália Nunes Miguel e Maria Helena de Jesus Miguel, da povoação de Decabelos, Freguesia de Pampilhosa da Serra, onde elencaram uma série de necessidades que a povoação carece, devido aos incêndios ocorridos em outubro de 2017. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, e por mim Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi. -----




